



08/11/2019 07:46 - MP instaura inquérito para apurar suposto vazamento de áudios sobre a Operação Pau Oco



O Ministério Público de Rondônia (MP-RO) instaurou um inquérito nesta semana para apurar o suposto ato de improbidade administrativa possivelmente cometido por três delegados do estado.

Eles foram afastados da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), em Cacoal (RO), depois do vazamento de supostos áudios que revelam detalhes da Operação Pau Oco.

A ação investiga uma possível organização criminosa suspeita de favorecer empresários do ramo madeireiro e de exportação, o que resultou em prisões.

De acordo com o MP, o objetivo é analisar o conteúdo desses áudios, além de "verificar a conduta dos delegados.

Se eles praticaram algum ato que configura um ato de improbidade". O procedimento tramita pela 26ª Promotoria de Justiça.

O delegado geral da Polícia Civil de Rondônia, Samir Fouad Abboud, informou em entrevista à Rede Amazônia que procurou o MP e abriu um procedimento na Corregedoria da Polícia Civil para que o caso fosse investigado.

"E esses áudios serão periciados para verificar a autenticidade deles. Podem estar editados e adulterados. Então tudo quem vai dizer é a perícia. Junto ao Ministério Público eu pedi uma apuração porque estão atacando a direção geral. Eu fui ao MP e protocolei um requerimento dando toda a liberdade e me colocando à disposição para uma investigação do MP", complementou Abboud à época.

Outra medida tomada pela direção geral da Polícia Civil foi solicitar que a Delegacia de Cacoal investigue esse suposto vazamento de informações e se houve a participação de algum policial. Essas informações, depois de concluídas, devem ser encaminhadas à corregedoria da corporação.

Operação Pau Oco

A Operação Pau Oco foi deflagrada pela Polícia Civil no dia 5 de novembro, com o objetivo de apurar um esquema de extração ilegal de madeiras, sem qualquer verificação prévia em áreas florestais de jurisdição estadual e o envolvimento de servidores comissionados da Sedam.

Foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão e 10 de afastamentos de função pública. Quatro pessoas foram presas.

Já na segunda fase da operação, oito mandados de prisão foram cumpridos, além de 45 de busca e apreensão. Essa etapa apontou um esquema de fraude com notas virtuais que "esquentavam" a madeira retirada ilegalmente de áreas de proteção ambiental.

Segundo a Polícia Civil, o esquema criminoso consistia na emissão de falsas autorizações de exploração de madeira justamente nas áreas de conservação. Com isso havia o envolvimento de múltiplos segmentos da administração pública esquentando a madeira, na sequência ela iria para madeireiras e lá era exportada.

A operação também aconteceu em Espigão do Oeste (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Buritis (RO), Nova Mamoré (RO), Ponta d Abunã (RO) e Candeias do Jamari (RO).